



Revista Brasileira de Educação

ISSN: 1413-2478

rbe@anped.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Educação
Brasil

Pinto de Carvalho, Marília

O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd
(1999-2009)

Revista Brasileira de Educação, vol. 16, núm. 46, enero-abril, 2011, pp. 99-117

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

Rio de Janeiro, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27518464006>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009)

Marília Pinto de Carvalho
Universidade de São Paulo

Nos últimos anos, alguns dos trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho (GT) de Sociologia da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) tratavam de temáticas ligadas às relações de gênero, utilizando-se de diferentes referências e nem sempre conseguindo apresentar com clareza o conceito, até pelo tempo necessariamente restrito de exposição. Diante desse quadro, o grupo decidiu impulsionar um debate de natureza teórica sobre o conceito de gênero, por meio de um trabalho encomendado a ser apresentado na 33ª Reunião Anual (2010), do qual resulta este artigo. Diante da impossibilidade de fazer uma discussão abrangente da história, de todas as vertentes e das

inúmeras polêmicas que envolvem o conceito de gênero, foi necessário construir algum tipo de recorte, e decidi enfocá-lo com base nos autores que fossem mais frequentemente utilizados nos trabalhos apresentados no GT. Assim, propus-me a expor, do meu ponto de vista, quais seriam as visões destes/as autores/as referidos/as, assim como onde poderiam ser localizados/as num “mapa” das polêmicas em torno ao conceito. Portanto, não tomei por tarefa fazer uma leitura crítica dos trabalhos apresentados no GT de Sociologia da Educação que lançam mão de algum conceito de gênero. Utilizei as citações presentes nos trabalhos apenas para selecionar os autores e autoras que deveria priorizar, apresentando neste artigo minha leitura pessoal de seus estudos, e deixando para uma etapa posterior o debate sobre os tipos de apropriação, avanços e lacunas presentes nos textos de nossos colegas. Essa opção também deixou de fora inúmeros pensadores/as relevantes no campo dos estudos de gênero, o que mais uma vez revela as modestas pretensões deste artigo: não se trata de um balanço do debate teórico em curso sobre o conceito

de gênero, mas de uma primeira aproximação a esse debate, com base nos autores e autoras mais citados/as nos trabalhos apresentados no GT Sociologia da Educação nos últimos dez anos. Acredito que, ainda assim, as questões aqui levantadas refletem algumas das tensões e problemáticas candentes no campo dos estudos feministas, podendo contribuir para que pesquisadores e pesquisadoras da educação, mesmo não se tornando especialistas, considerem também as determinações de gênero em seus estudos específicos.

Tive acesso a todos os trabalhos selecionados para o GT Sociologia da Educação da ANPEd nas reuniões de 1999 a 2009.¹ De um total de 132 textos, 24 traziam em suas referências bibliográficas alguma obra sobre gênero, representando 18,2%. Esta listagem inclui 98 citações (das quais vinte obras aparecem mais de uma vez), de 67 diferentes autores. Desse vasto conjunto, selecionei apenas aquelas referências que tratavam do conceito de gênero, isto é, que faziam uma discussão teórica. Ainda restaram 22 autores e 25 diferentes obras. Busquei, então, aquelas que eram referidas em mais de um trabalho, chegando ao seguinte quadro:

Obras citadas em dois ou mais trabalhos

Autor	Obra mais referida	Frequência
Bourdieu	A dominação masculina (artigo = 2)	3
Connell	Políticas da masculinidade	2
	The men and the boys	2
Louro	Gênero, sexualidade e educação	2
Nicholson	Interpretando o gênero	2
Scott	Gênero: uma categoria útil de análise histórica	3

1 Os trabalhos de 1999 estão em CD e os demais se encontram disponíveis no *site* da ANPEd.

Vale destacar que, com exceção de uma das obras de Raewyn Connell (*The men and the boys*), todas as demais se encontram em português e que a única autora brasileira citada duas vezes foi Guacira Lopes Louro, cujo livro referido, antes de adentrar no campo específico da educação, discute o conceito de gênero. Os dois autores mais citados foram Joan Scott, cujo artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica” aparece em três diferentes trabalhos (além de ter outra obra também referida)² e Pierre Bourdieu, também citado em três trabalhos por meio de *A dominação masculina* (no formato de artigo duas vezes e uma como livro). Também merece atenção a presença de Connell, com duas obras citadas, cada uma delas em dois diferentes trabalhos, além de uma terceira referência.³ Considerando que o artigo de Nicholson mencionado duas vezes dialoga diretamente com Joan Scott, sendo essas autoras frequentemente citadas lado a lado, decidi concentrar-me sobre o conceito de gênero exposto por Scott, por Bourdieu e, na medida do possível, por Connell.

Gênero: uma história

O termo foi inicialmente apropriado por autores e autoras de língua inglesa, a partir da palavra *gender*, que, como em português, era utilizada no âmbito da gramática para designar palavras femininas e masculinas (ou neutras). Podemos afirmar com Donna Haraway (2004) que

[...] apesar de importantes diferenças, todos os significados modernos de gênero se enraízam na observação de Simone de Beauvoir de que “não se nasce mulher” e nas condições sociais do pós-guerra que possibilitaram a construção das mulheres como um coletivo histórico, sujeito-em-processo. Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. (Haraway, 2004, p. 211)

Mas é preciso estar atento para o fato de que este “paradigma da identidade de gênero”, nos termos de Haraway (2004), foi consolidado nos anos 1950/1960 por meio de uma versão funcionalista e essencializante da percepção de Simone de Beauvoir: gênero foi utilizado por psicólogos norte-americanos como John Money, Anke Ehrhardt (Money; Ehrhardt, 1974) e Robert Stoller (1968) para descrever os elementos que consideravam culturais, em oposição aos que consideravam naturais, biológicos, na personalidade de seus clientes – pessoas com indefinições de pertencimento sexual, isto é, diferentes formas de hermafroditismo e indefinições endócrinas ou morfológicas. Essa utilização está baseada na distinção binária entre natureza (representada pelo sexo) e cultura (gênero) e foi apropriada muitas vezes de forma acrítica por feministas dos anos de 1970 e seguintes, pela sua utilidade na luta contra a naturalização das desigualdades entre homens e mulheres e contra os determinismos dela resultantes. Trata-se da ideia de que o sexo é uma base (natural, biológica, invariável) sobre a qual as culturas constroem, por meio da socialização, diferentes

2 “*La querelle des femmes*” no final do século XX, publicada no Brasil em 2001.

3 *La organización social de la masculinidad*, 1997.

concepções do que seja um homem ou uma mulher, isto é, características individuais de gênero.

O pensamento feminista dos anos de 1970 e 1980 utilizava, portanto, o gênero apenas como um conceito que se somava ao sexo e não como um substituto. Neste tipo de uso, gênero é associado aos traços de caráter e ao comportamento, enquanto sexo descreve o corpo e a biologia, ambos referidos a indivíduos. Esse continua sendo o uso mais frequente do conceito, hoje difundido até mesmo no senso comum (Nicholson, 2000).

É só ao longo dos anos de 1980 que se desenvolveu a crítica a essa visão funcionalista, e um número crescente de feministas buscou compreender o sexo como uma categoria teórica totalmente determinada pela história e pela cultura, isto é, subsumida no interior da categoria gênero. Para essas feministas, são as formas sociais de compreensão da diferença e da semelhança entre homens e mulheres que determinam as maneiras como o corpo é apreendido, abandonando-se completamente a ideia de uma base natural fixa sobre a qual agiria a cultura. Joan Scott e Linda Nicholson podem ser incluídas entre as estudiosas que buscaram refletir sobre essas formas de construcionismo social radical, pensamento no qual a antropologia feminista também tem papel central, ao revelar como em diferentes culturas as noções de identidade, sujeito e ação, assim como de corpo, natureza, maternidade, masculinidade e feminilidade podem ser completamente diferentes da forma “ocidental”, ou mesmo não existir enquanto noções separadas ou fixas (Strathern, 1988). Também jogou papel decisivo nessa inflexão a chamada “virada linguística”,

isto é, uma reflexão sobre as linguagens e os discursos, assim como uma atenção específica à historicidade dos conceitos e das palavras, que se verifica ao longo dos anos de 1980 e 1990 no conjunto das ciências sociais (e não apenas no pensamento feminista).⁴

Scott: uma leitura pós-estruturalista

É no contexto dessa “virada linguística” que foi produzido o texto de Joan Scott mais citado no Brasil (e não apenas no campo educacional), “Gênero, uma categoria útil de análise histórica”. Publicado originalmente como artigo em 1986 e posteriormente incluído como capítulo no livro *Gender and the politics of History*, de 1988, esse texto foi traduzido em 1990 por Guacira Lopes Louro e teve grande repercussão no campo de estudos de gênero no país.⁵

Historiadora norte-americana, estudiosa das lutas operárias e feministas da França, nesse artigo Scott argumenta pela insuficiência da postura descritiva,

4 Cabe destacar que na França o uso do termo equivalente a *gênero* (*genre*) encontrou muito maior resistência que nos países de língua inglesa, sendo incorporado apenas recentemente. Da mesma forma, em outras línguas, como por exemplo, o alemão, não há palavras diferentes para sexo e gênero e o termo *Geschlecht*, de acordo com Haraway (2004, p.204), não corresponde exatamente ao inglês *sexo*, nem a *gênero*. Considerando que as palavras carregam as histórias de suas línguas e culturas, a discussão complexifica-se e para pensar os usos do conceito de gênero no Brasil seria necessário refletir não apenas sobre os termos em português, mas sobre a história do imperialismo e da construção social dos corpos de homens e mulheres de diferentes pertencimentos raciais desde a colonização...

5 Esta primeira versão, traduzida do francês, foi revista, cotejada com a versão em inglês e republicada em 1995 no mesmo periódico.

que, embora tenha demonstrado que as mulheres tiveram uma história e participaram ativamente nos processos mais importantes da civilização ocidental, pouco alterou os conceitos dominantes na disciplina. Enquanto o gênero trouxe apenas novos temas às ciências humanas tal como elas já eram produzidas, seu campo (a história das mulheres, a psicologia das mulheres etc.) permaneceu como um apêndice confinado a sua própria especificidade. Somente quando se busca responder ao desafio teórico de compreendê-lo como uma categoria de análise aflora seu potencial para problematizar as disciplinas como um todo, não apenas no que se refere à família e ao sexo, mas também às esferas econômica e política e às vidas dos homens tanto quanto das mulheres.

Um dos problemas com os quais os/as estudiosos/as se depararam nesta reflexão foi a persistente permanência das relações de dominação entre os sexos, que parece conferir-lhes um caráter imutável, portanto a-histórico, e no limite natural. O pressuposto de que os homens sempre dominaram as mulheres e a busca por uma explicação única e fundante dessa relação de poder têm sido eixos em diversas abordagens difundidas ainda hoje, que variam de uma postura assentada em explicações biológicas a visões que, assumindo a construção social do gênero, enfatizam de tal maneira as constâncias e permanências que se aproximam do essencialismo. É nesta segunda direção que analisarei o livro de Pierre Bourdieu (1999), a seguir.

Por tratar-se de uma relação social construída a partir da percepção de uma diferença física, entre os corpos de homens e mulheres, o gênero muitas vezes é expulso do campo da história,

da cultura e da sociedade e reduzido a uma dimensão natural ou essencial, de toda forma imutável. Contudo, autoras como Scott (1995) buscam enfatizar que nenhuma experiência corporal existe fora dos processos sociais e históricos de construção de significados, fora das relações sociais. Os corpos de homens e mulheres não originam essências ou experiências fundantes de pretensas naturezas feminina ou masculina. A dificuldade está em que certos domínios da vida social têm sido sistematicamente associados à natureza e assim retirados à ação humana: a infância, a família, a sexualidade, as mulheres são alguns casos. Parte do esforço das teóricas do gênero tem sido exatamente de desnaturalizar esses domínios, construindo sua história, afirmando sua variabilidade e sua inserção no campo da cultura.

Outra contribuição importante das feministas ligadas ao pós-estruturalismo, tais como Joan Scott, foi a atenção às linguagens e ao papel das diferenças percebidas entre os sexos na construção de todo sistema simbólico, especialmente na significação das relações de poder. Para essa autora, os significados seriam construídos basicamente a partir da observação da diferença e do contraste; e a diferença sexual seria “um modo principal de dar significado à diferenciação” (Scott, 1995, p. 88). A partir da observação da diferença sexual na natureza, diversos significados são construídos, as diferenças entre masculino e feminino sendo utilizadas como um meio de decodificar o sentido e compreender o universo natural e humano observado: “Estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização

concreta e simbólica de toda a vida social” (Scott, 1995, p. 88).

Nessa abordagem, o gênero aparece como um princípio de classificação que, embora emergindo da observação da natureza, mantém dela apenas a ideia básica da descontinuidade, da diferenciação e da hierarquia. Toda uma ordem simbólica – extremamente variável em termos culturais e históricos – se originaria a partir daí, categorizando e hierarquizando o universo circundante em termos de gênero, de masculino e feminino. Para Scott (1995), portanto, o gênero não é um conceito que descreva as relações entre homens e mulheres, mas uma categoria teórica referida a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual, significados estes que são utilizados na compreensão de todo o universo observado, incluindo as relações sociais e, mais particularmente, as relações entre homens e mulheres.

Nessa direção, a autora oferece-nos uma definição de gênero que parece bastante pertinente para as análises sociológicas:

Gênero é a organização social da diferença sexual percebida. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significados para as diferenças corporais. Esses significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e no tempo, já que nada no corpo [...] determina univocamente como a divisão social será estabelecida. (Scott, 1994, p. 13)

Essa abordagem chama a atenção para dois aspectos que costumamos considerar evidentes e pressupor em todas as formas de compreensão do gênero: seu caráter de polarização binária e seu enraizamento sobre as diferenças nos corpos, eles próprios vistos como binários. Entretanto, a polaridade excludente ou oposição binária não é a única forma de apreender a diferença e nem a ênfase na diferença é a única maneira de perceber homens e mulheres.

Dessa forma, autoras como Scott abriram caminho para que se pudesse ir além daquele “paradigma das identidades de gênero”, ao enfatizarem três planos de análise, relacionados entre si: (1) gênero é uma categoria fundamental por meio da qual se atribui sentido a tudo; (2) gênero é uma maneira de organizar as relações sociais e (3) é também uma estrutura de identidade pessoal (Harding, 1986).

As críticas mais pertinentes a essa abordagem, a meu ver, apontam inicialmente os perigos de uma análise restrita às linguagens, incapaz de abranger igualmente as práticas sociais. Por um lado, é preciso ressaltar, como faz Eleni Varikas (1994), “que os estudos feministas não esperaram o pós-estruturalismo para sublinhar a importância das representações e dos sistemas simbólicos na análise e na compreensão da construção do gênero e das relações sociais que o sustentam” (p. 70).

Assim, se Scott declara a centralidade, em sua visão teórica, das leituras de Foucault e de Derrida, outras abordagens se utilizam dos conceitos de representação e de experiência (principalmente no âmbito da história social) ou de outras leituras da lingua-

gem e do discurso (no âmbito da linguística e da psicologia, por exemplo). No Brasil, algumas leituras feministas de base foucaultiana têm, na minha interpretação, exacerbado a presença das estruturas das linguagens como um sistema de controle *a priori*, tornando-as inacessíveis à intervenção dos agentes.

Esse é também um fenômeno mundial, como critica Varikas (1994), que busca recuperar o papel da ação dos sujeitos (*agency*) por meio da ênfase no conceito de experiência e da não polarização entre o campo simbólico e o campo material. Dependendo da teoria da linguagem que sustenta a abordagem, os sentidos da “virada linguística” podem ser muito diversificados, assim como os resultados de pesquisa resultantes de sua utilização como ferramenta de análise, com maior ou menor presença da ação dos sujeitos, das dinâmicas institucionais e das condições materiais de existência.

Outro aspecto diz respeito à questão da unidade política das mulheres: ao questionar a identidade de gênero e colocá-la sob os efeitos da variabilidade da construção social, abordagens como a de Scott enfraqueceriam as possibilidades de ação das mulheres, fragmentando e dividindo o movimento social. Ora, por um lado, a crítica mais contundente ao paradigma da identidade de gênero tal como construído inicialmente no pensamento feminista ocidental hegemônico partiu do interior do próprio movimento, em grupos de mulheres que não se identificavam com os modelos, histórias e mesmo reivindicações priorizadas, em especial lésbicas, negras e mulheres dos países “periféricos”, que denunciaram o caráter heterossexista,

racista e colonialista de muitas teorias e ações do movimento feminista. Por outro lado, assim como apontado pela própria Scott em texto publicado no Brasil mais recentemente (2005), todos os movimentos que reivindicam direitos para grupos específicos vivenciam permanentemente o paradoxo de afirmarem sua especificidade para lutarem pelos direitos universais: “os termos do protesto contra a discriminação tanto recusam quanto aceitam as identidades de grupo sobre as quais a discriminação está baseada. De outro modo, podemos dizer que as demandas pela igualdade necessariamente evocam e repudiam as diferenças que num primeiro momento não permitiram a igualdade” (Scott, 2005, p. 20).

Como ferramenta de pesquisa, a concepção de gênero proposta por Scott enfatiza que homem e mulher, masculino e feminino não podem ser tomados como pressupostos da investigação, mas produtos; não são categorias definidas *a priori*, mas conceitos cujos significados múltiplos devem ser procurados, pois são diferentes em contextos culturais e históricos específicos. Enquanto pares, eles podem aparecer como bipolares ou não, o que abre o olhar para as continuidades e semelhanças tão frequentemente ofuscadas pela ênfase nas diferenças.

Diferentemente de abordagens que enfatizam a identidade e a cultura femininas, deixando de lado todos os demais determinantes, a visão oferecida por Scott e outras feministas destaca a necessidade de estudar igualmente os homens. Assim, não reproduzem os processos de dissimulação da dominação masculina, por meio dos quais só as mulheres são percebidas como

determinadas pelo gênero e os homens permanecem identificados com o universal. Da mesma forma, as mulheres não aparecem como um bloco homogêneo, no qual a determinação de gênero, invariável no tempo, faria tábula rasa de todas as demais condições sociais e históricas. É nesse contexto que discuto a seguir as ideias de Raewyn Connell, tendo como foco seus estudos sobre as masculinidades.

Finalmente, na abordagem de Scott, a percepção do gênero como parte de um sistema simbólico que permite a diferentes sociedades classificar, diferenciar e hierarquizar não apenas homens e mulheres, mas instituições, ações sociais, elementos da natureza, ocupações, tudo, enfim, leva o/a pesquisador/a a observar as referências e o poder explicativo do gênero em contextos em que as questões da sexualidade, reprodução, crianças e família não são aparentemente centrais (Scott, 1995) – como a arte, a política, a economia, o trabalho ou a escola, por exemplo.

Bourdieu: a dominação

Entre 1990 e 1998, o já então consagrado intelectual francês Pierre Bourdieu se dedicou a escrever sobre as relações de gênero numa sucessão de artigos enfim incorporados quase integralmente em um livro, *A dominação masculina*, nome que recebeu também o primeiro artigo da série.⁶ Esse artigo

inicial e o livro homônimo são citados nos trabalhos apresentados no GT Sociologia da Educação e ambos seguem a mesma linha de raciocínio.⁷

Trata-se de um ensaio para o qual o autor não realizou pesquisa empírica específica e sobre o qual declara considerar como síntese de ideias que estariam presentes em seus trabalhos há décadas. Em resumo, Bourdieu toma a dominação masculina como caso particular da violência simbólica e em torno a esse eixo desenvolve seus argumentos.

O texto inicia-se discutindo as dificuldades de qualquer análise sobre a “dominação sexual”, dificuldades atribuídas a sua disseminação na “objetividade das estruturas sociais e na subjetividade das estruturas mentais”, o que levaria o analista a usar como instrumentos de conhecimento as categorias de pensamento que se propôs a analisar (1995, p. 131). Para sair desse círculo vicioso, Bourdieu propõe como método referir-se à sociedade cabila, que ele próprio estudou nos anos de 1950/1960, por ser essa sociedade um caso limite, paradigmático “da cosmologia ‘falonarcísica’ que assedia também nossos inconscientes” (*idem, ibidem*). Isto é, haveria uma mitologia coletiva de longa duração, perpetuada por meio do *habitus*, que se pode conhecer com o estudo de qualquer sociedade, ou pelo menos das “sociedades mediterrâneas”, entre as quais Bourdieu inclui a francesa e a cabila. Olhar essa mitologia coletiva nos cabila proporcionaria uma imagem ampliada e sistemática de “nossa própria mitologia”.

6 *La domination masculine* (1990), traduzido no Brasil em 1995; *Nouvelles réflexions sur la domination masculine* (1994), traduzido em 1996; “Conferência do Prêmio Goffmann”, em português no interior da publicação *A dominação masculina revisitada* (1998), e finalmente o livro *La domination masculine* (1998), traduzido em 1999.

7 As referências remetem à versão brasileira do artigo (1995), traduzido do francês por Guacira Lopes Louro.

Na sequência, Bourdieu passa a analisar a onipresença da dominação masculina, que não precisa justificar-se, apenas sendo e confirmando-se por meio da enunciação. Ela estaria expressa tanto nos discursos e imagens, quanto nas práticas sociais e nos objetos, nos rituais e nas técnicas do corpo, na estrutura e divisão do espaço e do tempo, do ano agrário e da jornada, nas posturas, maneiras e porte corporal etc. Assim, essa divisão aparece como “da ordem das coisas”, porque “está presente, em estado objetivado, no mundo social e também, em estado incorporado, nos *habitus*, onde ela funciona como um princípio universal de visão e de di-visão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação” (*idem*, p. 137).

O sistema simbólico sexuado, por estar inscrito tanto nas formas subjetivas quanto nas relações sociais, classificando todas as coisas do mundo e todas as práticas sociais, está constantemente legitimando e confirmando a si mesmo. Trata-se de um sistema baseado em dualidades opostas, que são intercambiáveis, correspondentes por meio de metáforas, deslocamentos e transferências que se confirmam uns aos outros. Isso faz que a relação social de dominação masculina apareça como consequência dessa divisão naturalizada e não como sua causa.

Aplicando ao caso específico da dominação masculina suas categorias teóricas, Bourdieu destaca, portanto, a dimensão simbólica de toda relação de dominação, irreduzível aos economicismos de qualquer espécie; e indica como esse sistema simbólico leva os dominados a pensar inclusive sobre si mesmos segundo as próprias categorias da dominação. Assim, aponta seu papel, no caso

das mulheres, para a perpetuação desse sistema e das relações de força que ele sustenta, pois sempre que elas reagem ou resistem nos termos do próprio sistema simbólico, do jogo, não quebram as regras e continuam jogando no papel de dominadas a elas reservado. Ele explora com maiores detalhes, como exemplo, o livro *Passeio ao farol*, da escritora inglesa Virgínia Woolf, obra de 1927.

E volta a afirmar que não se trata de algo acessível às vontades e consciências, mas inscrito nos *habitus* e nos corpos, uma vez que “o essencial da dominação masculina” é sua dimensão simbólica, o que o remete a uma ideia de “*habitus* sexuado e sexuante”, o qual produz construções socialmente sexuais do mundo e do próprio corpo.

Dessa forma, Bourdieu recusa inteiramente qualquer naturalização, mostrando com bastante clareza como toda percepção do corpo, da diferença sexual e da sexualidade é socialmente construída (p. 144-157). A diferença anatômica estaria disponível dentro de certos limites, para vários tipos de construção, mas aparece-nos como justificativa inelutável de uma determinada ordem social. Nesse sentido, podemos destacar a potência das categorias teóricas bourdianas na análise do social e alocar *A dominação masculina* entre os trabalhos que mais claramente recusam as dimensões biologizantes e reducionistas das relações de gênero.⁸

O *habitus* é produto de “um formidável trabalho coletivo de socialização”, por meio do qual cada um incorpora (traz para o próprio corpo) posturas, gestos e maneiras sexuais, assim como a visão dominante e a divisão sexual do mundo, da sociedade e das coisas. Bourdieu desta-

8 Como o próprio Bourdieu passará a nominar no livro publicado em 1998.

ca a dimensão política da educação, nesse sentido da construção de corpos sexualmente diferenciados e, assim, portadores “de uma ética, de uma política e de uma cosmologia” da dominação masculina (*idem*, p. 157).

Ao longo do texto ele opera, a partir da oposição entre masculino e feminino, “de aplicação universal” (p. 138), com pares tais como público e privado, cultura e natureza:

O sistema de oposições fundamentais conservou-se, transformando-se, através das mudanças que foram determinadas pela revolução industrial [...] É assim que a oposição entre masculino e feminino continua a se organizar em torno da oposição entre interior e exterior, entre a casa, com a educação das crianças, e o trabalho. (*idem*, p. 156)

E avança para suas principais definições sobre a dominação masculina, quais sejam: de que seu fundamento está “na lógica da economia das trocas simbólicas e, mais precisamente, na construção social das relações de parentesco e do casamento” (p. 168). As mulheres teriam uma posição social universalmente inferior porque nas trocas simbólicas não participam como sujeitos, mas como “objetos de troca definidos conforme os interesses masculinos”, como símbolos, sendo excluídas da acumulação de capital simbólico.

Destarte, qualquer perspectiva de mudança nas relações de poder entre homens e mulheres estaria articulada a uma mudança nos processos gerais de troca simbólica, da economia dos bens culturais, por meio de “uma

ação coletiva visando organizar uma luta simbólica capaz de pôr em questão praticamente todos os pressupostos tácitos da visão falonarcísica de mundo”, capaz de mudar estruturas mentais de homens e mulheres (*idem*, p. 175).

A obra *A dominação masculina* é extremamente rica na análise da dimensão simbólica da dominação de gênero, do quanto essa visão dual penetra em nossos instrumentais teóricos e percepções e obriga-nos a distanciamentos críticos, seja ante a linguagem, seja ante a constituição e classificação de objetos de conhecimento. A afirmação de Bourdieu de que a dominação masculina constitui um sistema simbólico que organiza as percepções do todo social e da natureza (tempos, espaços, práticas, corpos, técnicas etc.), exemplificada detalhadamente no que se refere à sociedade cabila, é próxima ao mesmo aspecto presente na concepção de gênero como categoria de análise proposta por Scott e outras feministas ainda nos anos de 1980, como já explicitado. A própria Scott (1995), no texto comentado, cita a análise desenvolvida no livro *Les sens pratique* de Bourdieu (1980),⁹ como exemplo da forma pela qual “os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica de toda a vida social” (p. 88), tais como os significados do tempo e das estações do ano agrário organizados em termos de masculino e feminino.

Contudo, como destacou de maneira límpida Mariza Corrêa (1999), *A dominação masculina* “inexplicavelmente trai o próprio fio central do trabalho de Bourdieu, em sua crítica sistemática ao nosso sistema de valores” (p. 43).

9 Há tradução recente para o português pela Editora Vozes (2009).

Em primeiro lugar, falando num inconsciente arcaico transmitido “corpo a corpo” por sob as consciências, as vontades e as palavras, Bourdieu usa em *A dominação masculina* um método transcultural e trans-histórico em que os cabila representam o modelo exacerbado da França atual. Os exemplos podem saltar indiferenciadamente de Sartre para Kant, de Virginia Woolf para a sociedade cabila, para surveys na França atual etc. Essa universalidade só é possível porque a dominação masculina é sempre analisada pela ótica de categorias bipolares que são quase caricaturas do pensamento “ocidental”.¹⁰ Essa crítica está presente em outras leituras feministas desse livro de Bourdieu, que chamam a atenção para o fato de que “seus *insights* sobre gênero reproduzem padrões binários de dominação masculina e subordinação feminina, como se estas estruturas fossem unitárias, coerentes e imutáveis” (McLeod, 2005, p. 10, tradução minha).

Corrêa, além disso, mostra como Bourdieu impôs essa lógica bipolar aos cabila, uma “sociedade baseada na lógica do dom”, cujas relações parecem organizar-se a partir de outros princípios; e ao mesmo tempo também trouxe à “nossa sociedade” (mediterrânea? ocidental? moderna?) a lógica das trocas simbólicas, que teria permanecido imutável, arcaica, por dentro do capitalismo, organizando as relações entre homens e mulheres (Corrêa, 1999, p. 44-45).

¹⁰ Mantenho entre aspas os adjetivos “nossa”, “ocidental”, “moderna” e “mediterrânea”, com os quais Bourdieu qualifica em diferentes momentos do texto em questão a sociedade em que vive, em razão da indefinição das fronteiras desses termos.

Em segundo lugar, ignorando uma vasta produção teórica e empírica no campo dos estudos de gênero e mesmo suas próprias produções anteriores, “Bourdieu passa quase sem transição da análise de uma dominação que é social para uma dominação que é masculina e, dessa, para um modo de dominação no qual o sexo do dominante é determinante” (*idem*, p. 45). Isto é, fica difícil distinguir, em *A dominação masculina*, que a dominação social percorre todos os grupos e pode ser exercida tanto por homens quanto por mulheres; que a dominação masculina – de ideias ligadas a esse sistema simbólico – também pode ser exercida por pessoas de qualquer sexo; e finalmente que a dominação de homens sobre mulheres não é universal, na medida em que dominações sociais de outra natureza (classe ou raça, por exemplo) se sobrepõem ao sexo dos sujeitos. Como resultado, a dominação de homens sobre mulheres aparece nesse texto de Bourdieu de forma isolada, isto é, em seus exemplos, os agentes são homens ou mulheres e nada mais, não têm distinções de classe, etnia, raça, geração, orientação sexual...

Finalmente, Corrêa (1999) é enfática ao citar o próprio Bourdieu em sua crítica à universalização e à generalização, tão marcantes nesse trabalho, o que nos leva a enfatizar que as críticas aqui formuladas referem-se a *A dominação masculina*, e não à obra de Bourdieu como um todo. Lendo e relendo as peças aqui comentadas, não encontro argumentação que fundamente a “descoberta” da origem universal da opressão das mulheres na economia de trocas simbólicas. E para aqueles e aquelas que tanto nos inspiramos nos cuidadosos estudos etnográficos (ou etnológicos) de Bourdieu, fica a questão posta por Corrêa: “é justamente na

análise desse microcosmo que o Bourdieu que os antropólogos amam exemplifica toda a complexidade, ambiguidade e fluidez de princípios valorizados em todas as sociedades humanas – e por isso mesmo, de modo inteiramente diferente em cada uma delas” (1999, p. 53).

De toda forma, é interessante refletir sobre a obra *A dominação masculina* e suas repercussões tanto no campo dos estudos feministas quanto em outras áreas das ciências sociais: como pensador, Bourdieu gozava de imensa legitimidade e é como se essa legitimidade se transferisse ao tema das relações de gênero quando ele se dedica a escrever sobre o assunto, aspecto sem dúvida positivo para aqueles/as que lutamos nessa direção. Porém, ele as abordou a sua maneira, não apenas em termos de pensamento social e método, mas em termos de seu tipo de intervenção no campo: sem qualquer preocupação em dialogar seriamente com a produção feminista, a qual só aparece referida em bloco e para ser criticada, quando muitas das questões postas por ele já haviam sido objeto de enriquecedores debates.¹¹ Infelizmente, além de dificultar um diálogo das feministas com a obra do sociólogo francês, que poderia ser extremamente profícuo, esse tipo de referência pouco respeitosa à literatura sobre relações de gênero também ganhou legitimidade no campo por meio da autoridade de Bourdieu.

Ainda assim, parece que no início dos anos 2000, em especial após o falecimento do autor, houve certo retorno

e reavaliação de sua obra no campo da sociologia do gênero e em especial na pesquisa educacional feminista de língua inglesa, com a organização de seminários e publicações.¹² Também no Brasil, algumas pesquisas sobre relações de gênero e sexualidades na educação vêm sendo desenvolvidas com base no referencial teórico de Bourdieu (Ramires Neto, 2006; Carvalho; Costa; Melo, 2008). Contudo, considerando os resultados obtidos nesses trabalhos e os debates a que tive acesso, tendo a concordar com McLeod (2005) quando afirma a importância de uma referência sólida à obra de Bourdieu como um todo e não apenas a *A dominação masculina*, uma vez que “a contribuição do próprio Bourdieu aos debates sobre a utilidade de seu trabalho para a análise de gênero não parece ter nada muito novo a oferecer às estudiosas feministas” (McLeod, 2005, p. 10, tradução minha).¹³

Connell: masculinidades hegemônicas

Atualmente professora na Faculty of Education and Social Work da Universidade de Sidney, Austrália, Raewyn Connell, anteriormente conhecida

11 Ver, a título de exemplo, Rubin (1993, original de 1975), sobre a origem da opressão das mulheres no fato de serem objeto no processo de trocas simbólicas e Ortner (1979, original de 1974), sobre as oposições entre público e privado, cultura e natureza.

12 Feminists Evaluate Bourdieu: International Perspectives (<http://les.mac.ac.uk/sociology/Seminar/afterbourdieu.shtml>). Números especiais da revista *Cultural Studies*, em 2003 (v. 17, n. 3/4), e da *British Journal of the Sociology of Education*, em 2004 (v. 25, n. 4).

13 É interessante ressaltar que, dos 24 trabalhos apresentados no GT Sociologia da Educação entre 1999 e 2009 que tratavam de questões ligadas a gênero, oito citavam obras de Bourdieu em geral, mas não citavam *A dominação masculina*; três citavam esse último texto, mas não se referiam a qualquer outra obra do autor; e nenhum trabalho citou simultaneamente *A dominação masculina* e também outras obras de Bourdieu.

como Robert Connell,¹⁴ lecionou também na Califórnia e em outras universidades da Austrália, onde hoje é figura de destaque no campo da produção sociológica. Não desenvolverei com maior detalhe suas concepções sobre gênero em sentido amplo, por verificar que os trabalhos apresentados no GT Sociologia da Educação se utilizaram principalmente de seus debates sobre as masculinidades e por considerar que sua principal contribuição teórica se localiza exatamente nesse campo.¹⁵

Sua obra mais influente, o livro *Masculinities* (1995), concorreu decisivamente na criação do campo de estudos sobre a construção social das masculinidades e é referência obrigatória para todos/as que pretendem estudar como os homens se inserem nas relações de gênero. Embora não tenha sido traduzido para o português, esse estudo vem exercendo grande influência nas pesquisas sobre masculinidades no Brasil, incluindo a questão da socialização dos meninos e a construção das masculinidades na infância, processos nos quais a escola tem um papel considerável. Seus dois textos referidos nos trabalhos do GT foram *The Men and the Boys*, livro publicado em 2000 na Austrália, Reino Unido e EUA, e o artigo *Políticas da masculinidade*, escrito em 1994 e traduzido no Brasil em 1995.¹⁶

Em especial no campo educacional, a questão das masculinidades tem-se colocado como desafio na medida em que, diferentemente do conjunto da sociedade, nas escolas as meninas e moças têm maior sucesso que os meninos. Esse não é um fenômeno exclusivamente nacional e compreender essa situação exige um instrumental teórico que nos permita abordar as relações de gênero de forma matizada e complexa, articulando-as às desigualdades de raça e classe e percebendo sua dinâmica diferenciada em cada instância social. É este instrumental que diversos pesquisadores e pesquisadoras têm encontrado na obra de Raewyn Connell, particularmente quando ela desenvolve o conceito de “masculinidade hegemônica”.

Em termos gerais, a autora recusa toda definição essencialista do que seja masculinidade, mostrando que em cada sociedade, em cada época e entre diferentes grupos sociais variam muito as características consideradas próprias do “ser homem” e do “ser mulher” e que a existência mesma de um conceito de masculinidade é contingente e histórica. Além disso, Connell aponta que as definições essencialistas nos levam a pensar em apenas uma forma de ser homem que se opõe a uma forma de ser mulher, num raciocínio binário.

Dentre as teorias sociais que procuram entender a masculinidade, Connell centra suas críticas sobre a teoria dos papéis sexuais. Esta teoria, embora parta do pressuposto de que aprendemos esses papéis, de que

14 Há alguns anos Raewyn vivenciou uma transição de gênero, com total apoio de sua família e colegas de trabalho.

15 Sobre a abordagem de Connell do conceito de gênero, consultar a nova edição de seu clássico *Gender*, revista e ampliada especialmente com referências ao debate nos países fora do “hemisfério norte” (Connell, 2009).

16 Trata-se de tradução feita por Tomaz Tadeu da Silva e publicada, assim como os textos de Scott e de Bourdieu analisados neste artigo, em número especial da revista *Educação*

e *Realidade* organizado por Guacira Lopes Louro. Cabe destacar a importância do trabalho dessa colega na difusão em nosso país de textos teóricos de ponta, além de seu próprio trabalho na área dos estudos de gênero.

eles são, portanto, construções sociais, assenta-se numa visão predeterminada do que seria o papel masculino e o papel feminino, visão esta sempre enraizada na cultura do/a próprio/a pesquisador/a e em seus pressupostos. Além disso, a teoria dos papéis sexuais dificulta a percepção de diferenças dentro do grupo dos homens, assim como entre as mulheres, pois trabalha com essas duas únicas possibilidades – masculino ou feminino –, em geral expressas em termos de “estereótipos sexuais” (e mais recentemente, de forma teoricamente contraditória, “estereótipos de gênero”). Incapaz de dar conta das relações de poder, tanto entre os sexos como dentro do grupo de cada sexo, pois, herdeira da psicologia e da sociologia funcionalistas, trabalha com ideias de diferença e complementaridade e não de desigualdade e subordinação, essa teoria também não nos fornece ferramentas para compreender as mudanças e a história das relações de gênero. É fácil perceber essa ausência das relações de poder na teoria dos papéis sexuais se pensamos na forma como outras relações sociais são tratadas: “Não falamos em ‘papéis de classe’ ou ‘papéis de raça’ porque o exercício do poder nestas áreas da vida social é mais óbvio para os sociólogos”, Connell afirma (1997, p. 50, tradução minha).¹⁷ Isto é, fundamentada numa visão funcionalista da sociedade, a teoria dos papéis sexuais, quando absorvida acriticamente, pode dar origem a conceitos de identidade de gênero carregados dos mesmos problemas conceituais de origem, como vimos indicando ao comentar o “paradigma da identidade de gênero”.

17 Utilizo nestas referências a publicação em espanhol do capítulo introdutório do livro *Masculinities*, em coletânea publicada em 1997.

Finalmente, a ideia de socialização pressuposta nessa teoria é de que as crianças e os jovens passivamente absorvem papéis predeterminados na sociedade em que vivem, por meio da observação dos adultos e de outras crianças, dos reforços positivos e negativos que recebem, das informações da mídia e dos livros didáticos etc. Essa visão linear de socialização não corresponde aos densos debates sociológicos sobre o tema e recentemente vem sendo ainda mais matizada pelos avanços da sociologia da infância. No caso dos estudos de gênero, diferentes pesquisas têm nos mostrado crianças atuando criativamente na construção e reconstrução de suas identidades de gênero, absorvendo, recusando, ressignificando e reconstruindo os símbolos e práticas plenos de conteúdos de gênero que as circundam (Aydt; Corsaro, 2003; Bernardes, 1989; Carvalho; Cruz, 2006; Renold, 2004; Thorne, 1997, entre muitas outras). Desse processo complexo, resultam múltiplas masculinidades e feminilidades, que se relacionam entre si dentro de estruturas de poder, hierarquizando não apenas homens de um lado e mulheres de outro, mas também certos homens perante outros, de forma articulada às relações de classe, raça, orientação sexual etc.

Até este ponto, podemos dizer que as ideias de Connell estão em termos gerais alinhadas a todo um campo dos estudos de gênero, em especial àqueles/as que procuram enfatizar não apenas a dimensão social das diferenças entre os sexos, mas também criticar as visões simplistas embutidas na teoria dos papéis sexuais. Connell, porém, traz uma contribuição original ao estudar com profundidade a construção social das masculinidades, em especial na

pesquisa que resultou no livro *Masculinities* (1995).

Partindo de uma definição de gênero como “uma forma de ordenamento da prática social” (1997, p. 35, tradução minha), afirma que masculinidades e feminilidades são “configurações de práticas de gênero” (*idem*), que se transformam ao longo do tempo, seja em razão de mudanças externas (econômicas, tecnológicas etc.), seja em razão da dinâmica mesma dessas relações. Além disso, as configurações de gênero podem ser encontradas tanto na vida individual como em instituições como o Estado, o mercado de trabalho ou a escola. Por isso, o gênero está “inevitavelmente envolvido com outras estruturas sociais” (*idem*, p. 38, tradução minha), ele interage com outras relações de poder tais como as relações de classe e de raça. “Para entender o gênero, devemos então ir constantemente mais além do próprio gênero” (*idem, ibidem*). Esse alerta tem se mostrado fundamental, pois é sempre no encontro entre diferentes formas de subordinação e de poder que se torna possível compreender as posições, as escolhas e as identidades de meninos e rapazes, moças, mulheres, meninas.

Nessa complexa rede de relações, a autora vai localizar, então, a coexistência de diversas masculinidades em uma disputa permanente e dinâmica. Ao tomar o conceito de hegemonia explicitamente do pensador marxista italiano Antonio Gramsci, Connell afirma que as masculinidades estão constantemente em relação umas com as outras, num processo de disputa pelo poder. Enfatizando que para Gramsci, que elaborou o conceito no âmbito das relações de classe, a hegemonia “se refere à dinâmica cultural pela qual um

grupo exige e sustenta uma posição de liderança na vida social”, Connell define a masculinidade hegemônica como “a configuração de prática de gênero que encarna a resposta correntemente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, a que garante (ou que se toma para garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres” (*idem*, p. 39, tradução minha). A hegemonia conquista-se principalmente pela via da autoridade, do convencimento implícito, muito mais que pela violência direta. Ela significa não apenas a dominação dos homens sobre as mulheres, mas a existência de uma disputa constante entre grupos de homens entre os quais se estabelecem relações de poder.

Portanto, se as masculinidades são múltiplas e disputam permanentemente a hegemonia dentro das relações de gênero, em toda sociedade vamos encontrar também formas de masculinidade subordinadas (cujo exemplo mais evidente é a masculinidade *gay*), cúmplices (que não questionam as formas hegemônicas, mas também não enfatizam seus aspectos mais explícitos) e marginalizadas (seja pelo desemprego e a pobreza, seja pelas desigualdades raciais) ou de protesto (que, constatando sua exclusão dos núcleos de poder, buscam formas de demarcar diferenças perante a masculinidade hegemônica). Connell é enfática ao afirmar o caráter não esquemático dessas classificações, que deveriam servir antes para compreender processos do que para estabelecer categorias fixas e homogêneas. Trata-se, de acordo com ela, de uma maneira de articular as estruturas sociais amplas e suas relações de poder com as personalidades e biografias individuais, deixando sempre aberto

o espaço para a ação transformadora individual e coletiva.

O conceito de masculinidade hegemônica permite-nos entender a continuidade da dominação dos homens sobre as mulheres – não há uma feminilidade hegemônica, pois as mulheres não detêm o poder no conjunto da sociedade. E, ao mesmo tempo, perceber que dentro do grupo de pessoas do sexo masculino também se estabelecem hierarquias, relações de poder, dominação, subordinação, privilégios e negociações. Nele está embutida a ideia de que a manutenção dessas relações exige um esforço permanente de convencimento, disputa e modificação de padrões, símbolos e referências, o que torna as masculinidades não apenas múltiplas a cada momento, mas também mutáveis ao longo do tempo e de diferentes contextos.

Uma das dificuldades que muitos autores e autoras têm encontrado ao utilizar esses conceitos é a tentação de tomar as descrições esboçadas por Connell como um esquema fechado, estabelecendo uma hierarquia localizável em qualquer sociedade entre masculinidades hegemônica, cúmplice, subordinada e marginalizada ou “de protesto”. Sem dúvida uma leitura mais atenta da própria autora já evitaria esse tipo de simplificação, pois ela insiste no caráter dinâmico e histórico de suas classificações.

Contudo, ao colocar suas análises no âmbito das relações globais e de intervalos muito grandes da história mundial, Connell sem dúvida corre o risco de recair em simplificações. Por um lado, é meritório seu esforço de não perder a referência nas estruturas sociais mais amplas, as relações de exploração e dominação no plano

internacional, evitando dessa forma uma análise baseada estritamente em traços de caráter individuais ou uma separação entre a esfera dos símbolos culturais e a das relações econômicas. Por outro lado, esse esforço por vezes a leva a afirmações muito genéricas e tem aberto flancos para críticas a seu trabalho (Holter, 1996).

Para os/as estudiosos/as envolvidos/as em pesquisas de caráter etnográfico ou estudos de caso, muitas vezes é difícil distinguir entre as formas de masculinidade que são predominantes num determinado grupo e a masculinidade hegemônica. Na verdade, afora alguns traços gerais, como a heterossexualidade compulsória e a identificação com o grupo racial dominante, parece ser muito difícil definir quais seriam as características da masculinidade hegemônica num determinado contexto, e mesmo em qual amplitude de tempo e espaço buscar essa caracterização: existiria uma masculinidade hegemônica no Brasil do início do século XXI? Ou trata-se da masculinidade hegemônica nos “países ocidentais” a partir da modernidade? Como trabalhar com contextos de pesquisa muito menores, tais como uma única escola, ou um grupo de jovens?

Alguns autores estabelecem, a partir de indicações da própria Connell, uma distinção de níveis: a ordem de gênero, vigente em termos globais; os regimes de gênero, vinculados a instituições; e as configurações de práticas, observáveis no plano individual. Nos próprios textos da autora, contudo, estas expressões são muitas vezes intercambiáveis (“a ordem de gênero de uma escola”) e os âmbitos a que se referem são simultaneamente globais (“o regime de gênero do mercado de

trabalho mundial”) e locais (“o regime de gênero de uma escola específica”).

Outros/as autores/as têm se preocupado em delimitar mais claramente quais seriam as relações entre os diversos grupos de homens e as diferentes formas de masculinidade. Como a masculinidade hegemônica é exercida de maneira que absorva e negocie elementos de algumas outras formas de masculinidade, anulando seu poder de resistência, ressignificando símbolos e constituindo-se enquanto bloco e não como uma referência homogênea e coerente? Quais as diferenças entre as formas de dominação (de homens sobre mulheres) e o exercício da hegemonia? (Demetriou, 2001)

De toda forma, trata-se de uma obra em construção e com uma pretensão teórica bastante ampla: a de oferecer uma compreensão das relações de gênero, especialmente das masculinidades, desde o âmbito global até as interações face a face, incluindo as dimensões institucionais. Esses esforços têm-se mostrado úteis e frutíferos, entre outros temas, para a análise dos processos de socialização dos meninos e rapazes e na busca de soluções para suas dificuldades ante a escola, em diversas partes do mundo.

Em seu capítulo citado por duas vezes nos trabalhos do GT, “Teaching the boys”, parte do livro *The men and the boys* (2000), Raewyn Connell oferece-nos não apenas uma síntese dos debates nos países de língua inglesa sobre as difíceis relações dos garotos com a escola, mas também algumas reflexões e pistas para compreender e alterar essa situação. Em conclusão, Connell afirma que

[...] a construção de masculinidades nas escolas está longe da simples aprendizagem de normas su-

gerida pela “socialização de papéis sexuais”. É um processo com múltiplos caminhos, influenciados pela classe e a etnia, produzindo diversos resultados. O processo envolve encontros complexos entre crianças em desenvolvimento, em grupos tanto quanto individualmente, com uma instituição poderosa, mas dividida e em transformação. (2000, p. 164, tradução minha)

Há efeitos de masculinização planejados, outros não intencionais e outros ainda que a escola não quer, mas mesmo assim ocorrem. Enquanto esses efeitos forem ignorados pelas pesquisas educacionais e pelas/os educadoras/es, pouco poderemos fazer para interromper as trajetórias de insucesso escolar, evasão, indisciplina e conflitos de um grupo significativo de meninos e rapazes.

Isto é, tanto na pesquisa acadêmica quanto na prática escolar, parece extremamente pertinente o alerta de Connell: se alguns dos processos de construção de masculinidade efetivamente dificultam ou interrompem a educação de grupos particulares de meninos, que em geral são desprivilegiados em termos de classe ou etnia, como os padrões de “masculinidade de protesto”, então “o esforço por atingir a justiça na educação em relação à pobreza deve atentar também para questões sobre masculinidade” (*idem*, p. 167, tradução minha).

Referências bibliográficas

AYDT, Hilary; CORSARO, William A. Differences in children’s construction of gender across culture: an interpretive approach. *American Behavioral Scientist*, v. 46, n. 10, p. 1306-1325, June 2003.

- BERNARDES, Nara M.G. *Crianças oprimidas: autonomia e submissão*. 1989. 348f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. Conferência do Prêmio Goffman: a dominação masculina revisitada. In: LINS, D. (Org.). *A dominação masculina revisitada*. Campinas: Papirus, 1998.
- _____. A dominação masculina. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta; MEYER, Dagmar; WALDOW, Vera (Orgs.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- _____. *Les sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; COSTA, Eliana Célia Isamael da; MELO, Rosemary Alves de. Roteiros de gênero: a pedagogia organizacional e visual gendrada no cotidiano da educação infantil. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 31., 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu.
- CARVALHO, Marília Pinto de; CRUZ, T. M. Jogos de gênero: o recreio numa escola de ensino fundamental. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 26, p. 113-144, 2006.
- CONNELL, Raewyn. Como teorizar o patriarcado. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 85-93, 1990.
- CONNELL, Raewyn. *Masculinities*. Australia: Allen & Unwin/Britain: Polity Press/United States: University of California Press, 1995a.
- _____. Políticas da masculinidade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20 n. 2, p. 185-206, 1995b.
- _____. La organización social de la masculinidad. In: OLAVARRIA, José; VALDÉS, Teresa (Eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago de Chile: Ísis Internacional, Ediciones de las mujeres, n. 24, jun. 1997.
- _____. *The men and the boys*. Australia: Allen & Unwin/Britain: Polity Press/United States: University of California Press, 2000.
- _____. *Gender in world perspective*. Cambridge: Polity Press, 2009.
- CORRÊA, Mariza. O sexo da dominação. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 54, p. 43-53, jul. 1999.
- DEMETRIOU, Demetrakis Z. Connell's concept of hegemonic masculinity: a critique. *Theory and Society*, v. 30, n. 3, p. 337-361, jun. 2001.
- HARAWAY, Donna. Gênero para um dicionário marxista. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 22, p. 201-246, 2004.
- HARDING, Sandra. *The science question in feminism*. Ithaca: Cornell University Press, 1986.
- HOLTER, Øystein Gullvåg. Reviewed work(s): *Masculinities* by R. W. Connell. *Acta Sociologica*, v. 39, n. 3, p. 337-341, 1996.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MCLEOD, Julie. Feminists re-reading Bourdieu: old debates and new questions about gender *habitus* and gender change. *Theory and Research in Education*, v. 3, n. 1, p. 11-30, 2005.
- MONEY, John; EHRHARDT, Anke. *Man and woman, boy and girl*. New York: New American Library, 1974.
- NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-42, 2000.
- ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? IN: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHIRE, Louise. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979 [1974], p. 95-120.

- RAMIRES NETO, Luiz. *Habitus de gênero e experiência escolar: jovens gays no ensino médio em São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- RENOLD, Emma. ‘Other’ boys: negotiating non-hegemonic masculinities in the primary school. *Gender and Education*, v. 16, n. 2, p. 247-264, jun. 2004.
- RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política” do sexo*. Tradução de ONG SOS Corpo, Recife, 1993 [1975].
- SCOTT, Joan. O enigma da igualdade. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2005.
- _____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-100, jul./dez. 1995.
- _____. Prefácio a *Gender and politics of History*. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 3, p. 11-27, 1994.
- _____. “La querelle des femmes” no final do século XX. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 2, n. 9, p. 367-388, fev. 2001.
- STOLLER, Robert. *Sex and Gender*. New York: Science House, 1968, vol. I.
- STRATHERN, Marilyn. *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley: University of California Press, 1988.
- THORNE, Barrie. *Gender play: girls and boys in school*. New Jersey: Rutgers University Press, 1997.
- VARIKAS, Eleni. Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 63-84, 1994.

MARÍLIA PINTO DE CARVALHO é livre-docente na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Pesquisa relações de gênero na educação escolar, em especial nas séries iniciais do ensino fundamental e é cocoordenadora do grupo de Estudos em Educação, Gênero e Cultura Sexual (EdGes). Publicou, entre outros, os livros *No coração da sala de aula* (São Paulo, Xamã, 1999) e *Avaliação escolar, gênero e raça* (São Paulo, Papirus, 2009).
E-mail: mariliac@usp.br

Recebido em outubro de 2010
Aprovado em dezembro de 2010